



LEI Nº.1395
DE 22 DE OUTUBRO DE 1986

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA, POR DOAÇÃO, À EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CORDEIRÓPOLIS-EMHC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERALDO BOTION - Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, autorizada a alienar à Empresa Municipal de Habitação de Cordeirópolis - EMHC, CGC Nº. 54 013 644/0001-43, Inscrição Municipal nº. ... 41.218, por doação, sem quaisquer ônus ou despesas para essa, - inclusive as decorrentes de escrituras, registros, taxas diversas e emolumentos, o seguinte imóvel, situado nesta cidade de Cordeirópolis, Distrito e Município do mesmo nome, Comarca de Limeira (SP):

"Gleba de terra com área de 31.936,18 m² (trinta e um mil, - novecentos e trinta e seis metros quadrados e dezoito decímetros quadrados), havida por escritura pública de desapropriação amigável, lavrada em 19.05.1986, no Tabelião local, livro nº.46, fls. 154v, 1º Translado, e registrada sob matrícula nº. R.1 20.339, - no Cartório do 2º. Registro de Imóveis da Comarca de Limeira, e que assim se descreve: "inicia-se no ponto 1, colocado na divisa com a rua Emílio Bassinello; daí, segue com rumo 18º22'SW até o ponto 2 com uma distância de 136,15m pela rua Emílio Bassinello referida; daí, segue com rumo 15º18'SW até o ponto 3 com distância de 91,50m confrontando, nesta face, com a rua Emílio Bassinello e área verde do Jardim Bela Vista; daí, com rumo 80º12'NE, segue até o ponto 4 medindo 304,20m pela confrontação com os outorgantes; daí, com rumo 54º33'10", segue com uma distância de 286,00m pela divisa com o DER (Departamento de Estradas de Rodagem) pela Via Washington Luiz até atingir o ponto 1, onde teve - início esta descrição, fechando, desta forma, o perímetro."

Artigo 2º - A doação a que se refere a presente lei será feita - para que a EMHC destine o imóvel doado as finalidades previstas na Lei nº.905 (Estadual), de 18 de dezembro de 1975.

continua



proj.de lei nº.1395

-continuação-

fls.02

Parágrafo Único - A doação será irrevogável e irretratável, salvo se for dada ao imóvel, destinação diversa da prevista na mencionada lei.

Artigo 3º - A Prefeitura Municipal se obrigará, na escritura de doação, a responder pela evicção do imóvel, devendo desapropriá-lo e doá-lo novamente à donatária EMHC se, a qualquer título, - for reivindicado por terceiros ou anulada a primeira doação, tudo sem ônus para a essa.

Artigo 4º - A Prefeitura Municipal doadora fornecerá à EMHC toda a documentação e esclarecimentos que se fizerem necessários e forem exigidos antes da escritura de doação.

Artigo 5º - Da escritura de doação deverão constar, obrigatoriamente, todas cláusulas e condições estabelecidas nesta lei.

Artigo 6º - Enquanto estiverem no domínio da Empresa Municipal - de Habitação de Cordeirópolis- EMHC, os bens imóveis, móveis e os serviços, integrantes do Conjunto Habitacional que ela implantar neste Município, ficam isentos de tributos.

Artigo 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº.1369, de 21 de maio de 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 22 de outubro de 1986.

JOSE GERALDO BOTON
-Prefeito Municipal-

Publicada no Paço Municipal de Cordeirópolis, em 22 de outubro - de 1986.

NELSON MORALES RUSSI
-Secretário Administrativo-

§ 1º A Comissão será designada pelo Chefe do Poder Executivo e será composta por especialistas de reconhecida competência, em número e condições a serem fixados em regulamento.

§ 2º O mandato dos membros da Comissão será de 2 (dois) anos, vedada a recondução consecutiva.

Art. 19. As despesas decorrentes da execução desta Lei serão atendidas mediante créditos suplementares que o Poder Executivo fica autorizado a abrir até o limite de Cr\$ 326.168.374,00 (trezentos e vinte e seis milhões, cento e sessenta e oito mil, trezentos e setenta e quatro cruzeiros).

Parágrafo único. O valor dos créditos autorizados neste artigo será coberto com recursos provenientes do produto de operações de crédito, que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a realizar, nos termos da legislação vigente.

Art. 20. Vetado.

Art. 21. Esta Lei e suas disposições transitórias entrarão em vigor em 1º de janeiro de 1976, revogado o artigo 13 da Lei n. 10.168 (*), de 10 de julho de 1968, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º da Lei n. 10.433 (*), de 31 de maio de 1972.

Disposições Transitórias

Art. 1º Aos atuais titulares de cargos docentes, que vierem a ser convocados para prestação de serviços em RETEC ou REDEM, fica assegurado o direito de opção, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da convocação, pela permanência no regime comum de trabalho, mediante manifestação de vontade, em requerimento dirigido à autoridade competente.

Art. 2º Para fins de aposentadoria, os atuais titulares de cargos docentes poderão deduzidas as horas semanais obrigatórias, computar o tempo de serviço prestado em RETEC ou REDEM, como se se tratasse de aulas excedentes, no cálculo a que se refere o artigo 75 da Lei n. 9.717 (*), de 30 de janeiro de 1967, observado o disposto no artigo 14 da presente Lei.

Art. 3º A convocação dos docentes de que trata o artigo 10 das Disposições Transitórias da Lei Complementar n. 114, de 13 de novembro de 1974, para prestação de serviços em RETEC ou REDEM, far-se-á após a determinação do estabelecimento de ensino em que serão lotados.

Paulo Egydio Martins — Governador do Estado.

* EX: Leg. Est. 1974, pag. 500; 1968, pag. 439; 1972, pag. 285; 1967, págs. 25 e 117

LEI N. 905 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1975

Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas visando a participação do Estado no Plano Nacional da Habitação Popular — PLANHAP, a constituir a Companhia Estadual de Casas Populares — CECAP, a transformar o Fundo Estadual de Financiamento de Habitação — FUNDHAB, a criar o Fundo de Habitação Popular de São Paulo — FUNDHAP-SP, e da providências correlatas

O Governador do Estado de São Paulo,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as providências necessárias à participação do Estado no Plano Nacional da Habitação Popular — PLANHAP, destinado a promover a ascensão social das famílias urbanas com renda equivalente a até cinco salários mínimos e a propiciar, em relação a essas famílias:

I — redução gradativa, até sua eliminação, do «deficit» habitacional;

II — atendimento da demanda de habitações das novas famílias;

III — condições para melhoria e ampliação de habitações já existentes;

IV — acesso aos serviços urbanos essenciais; e

V — estímulo e fortalecimento da capacidade de organização comunitária.

Art. 2º O PLANHAP será desenvolvido, no Estado, através de programas plurianuais periodicamente atualizados e os respectivos projetos contemplarão a concessão de financiamentos, segundo as normas do Sistema Financeiro da Habitação Popular, para a aquisição de lotes urbanizados ou de habitações terminadas, assim como para a melhoria ou ampliação de unidades habitacionais situadas:

I — em cidades com população igual ou superior a 50 mil habitantes;

II — na Área Metropolitana de São Paulo;

III — em localidades que, por seu ritmo de crescimento possam vir a ser caracterizadas como pólos de desenvolvimento urbano, ou naquelas que contêm com atividades econômicas geradoras de empregos em quantidade suficiente para garantir a viabilidade de novos projetos habitacionais.

Art. 3º Fica criado o Fundo de Habitação Popular de São Paulo — FUNDHAP-SP, destinado a refinanciar as parcelas correspondentes à participação do Estado nos investimentos habitacionais enquadrados no PLANHAP, nos termos a serem convencionados com o Banco Nacional da Habitação — BNH, observadas as suas normas operacionais.

Parágrafo único. O Estado poderá admitir a participação de municípios no FUNDHAP-SP, em projetos habitacionais de interesse municipal, aplicando-se a essa participação, no que couber, as mesmas normas editadas pelo BNH para regular as contribuições estaduais ao mesmo Fundo.

Art. 4º A aplicação dos recursos do FUNDHAP-SP será supervisionada por um Conselho de Orientação, constituído pelos seguintes membros:

I — o Secretário de Economia e Planejamento, na qualidade de Presidente nato;

II — o Secretário da Fazenda;

III — o Secretário do Interior;

IV — o Secretário dos Negócios Metropolitanos;

V — o Presidente da Companhia Estadual de Casas Populares — CECAP;

VI — o Presidente da instituição financeira designada para as funções de órgão gestor do Fundo;

VII — um representante das COHABs, escolhido pelo Governador do Estado dentre os integrantes de lista tríplice.

§ 1º As atribuições do Conselho de Orientação do FUNDHAP-SP serão regulamentados por decreto.

§ 2º As atividades de caráter técnico necessárias ao desenvolvimento do Fundo serão exercidas pela Companhia Estadual de Casas Populares — CECAP, respeitadas as normas regulamentares do BNH sobre a matéria.

Art. 5º Constituirão recursos do FUNDHAP-SP:

I — as dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas;

II — os créditos adicionais que lhe sejam destinados;

III — as transferências da União e dos Municípios;

IV — o produto de operações de crédito;

V — as rendas provenientes da aplicação dos recursos do Fundo, inclusive correção monetária;

VI — as doações; e

VII — quaisquer outras rendas eventuais.

Art. 6º O FUNDHAP-SP terá valor suficiente para cobrir as despesas necessárias à sua gestão e, sob a forma de empréstimos, a parcela dos investimentos habitacionais do PLANHAP estadual, indicada no artigo 3º.

Parágrafo único. A integralização do FUNDHAP pelo Est. com os recursos indicados no artigo 5º, será feita de modo a compatibilizar, permanentemente, as disponibilidades do Fundo com suas necessidades financeiras.

Art. 7º Para cumprimento desta Lei, poderá o Poder Executivo:

I — celebrar, com o Banco Nacional da Habitação — BNH, convênio institutivo do PLANHAP, a nível estadual, aditando-o quando se fizer necessário, observadas as Resoluções ns. 3/75 e 9/75, respectivamente, do Conselho de Administração e da Diretoria daquele Banco e as demais normas regulamentares do Plano;

II — integrar o Estado e entidades de sua Administração Indireta no Sistema Financeiro da Habitação Popular — SIFHAP;

III — designar instituição financeira, organizada sob a forma de sociedade anônima, preferencialmente sob controle acionário do Estado, para agente financeiro das operações de crédito a que se referem os artigos 9º e 10 desta Lei exceituadas as realizadas diretamente com as COHABs e órgãos assemelhados, e para exercer as funções de órgão gestor do FUNDHAP-SP;

IV — coibir ou cobrir as perdas em que, eventualmente, incorrerem as COHABs, ou entidades às mesmas assemelhadas pelo BNH, e que sejam controladas pelo Estado, inclusive mediante participação deste, como estipulante ou segurado, em sistemas que viabilizem a prática de seguro de crédito, para cobertura dos riscos inerentes às operações ativas das mesmas entidades;

V — elaborar e executar programas permanentes de desenvolvimento comunitário nos conjuntos habitacionais destinados às famílias de baixa renda, beneficiárias do PLANHAP.

Art. 8º O Poder Executivo fará incluir nas propostas orçamentárias anuais, inclusive nas relativas ao Orçamento Plurianual de Investimentos, dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras do Estado decorrentes da execução desta Lei.

Art. 9º Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos e financiamentos até o valor equivalente a 125.010.460 (cento e vinte e cinco milhões, dez mil e quatrocentos e sessenta) Unidades Padrão de Capital do BNH — UPC, correspondentes a Cr\$ 15.713.815.000,00 (quinze bilhões, setecentos e treze milhões, oitocentos e quinze mil cruzeiros), para atender às responsabilidades financeiras diretas do Estado com a execução do PLANHAP, no período de 1975-1979.

Parágrafo único. Nas operações de crédito previstas no «caput» deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer, em nome do Tesouro Estadual, e em favor das respectivas entidades credoras, as garantias que se fizerem necessárias.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a garantir os empréstimos concedidos pelo BNH a entidades executoras de programas ou projetos vinculados ao PLANHAP estadual, inclusive as COHABs e aos municípios ou entidades pertencentes à Administração Indireta.

§ 1º A prestação das garantias obedecerá aos preceitos da legislação estadual e às normas regulamentares das entidades credoras, no que couber.

§ 2º A prestação de garantias a empréstimos que vierem a ser concedidos a entidades não integrantes da Administração Indireta do Estado ficará subordinada ao oferecimento, pelos favorecidos, das contragarantias adequadas.

Art. 11. Para atender, neste exercício, às responsabilidades financeiras do Estado com a execução do PLANHAP e integralização do FUNDHAP-SP, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, na Secretaria da Fazenda, crédito especial até o limite de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

Parágrafo único. O valor do crédito especial de que trata este artigo será coberto com o produto de operações de crédito que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a realizar, nos termos da legislação em vigor.

Art. 12. Fica o Executivo autorizado a constituir sociedade por ações, sob a denominação de Companhia Estadual de Casas Populares — CECAP, com o objetivo de executar e operar os serviços voltados aos planos habitacionais de interesse do Estado e do Plano Nacional de Habitação, com sede e foro na Capital.

§ 1º A sociedade de que trata este artigo resultará da absorção das atividades atualmente desenvolvidas pela Caixa Estadual de Casas para o Povo — CECAP, criada pela Lei n. 483, de 10 de outubro de 1949.

§ 2º A CECAP assumirá todas as atribuições e responsabilidades de uma entidade integrante do Sistema Financeiro de Habitação, nos termos das normas definidas pelo Banco Nacional da Habitação.

§ 3º O capital da sociedade será dividido em ações ordinárias nominativas de valor unitário de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro).

§ 4º As ações serão subscritas pela Fazenda do Estado, que será sempre a detentora da maioria do capital social, por empresas constituídas pelo Estado, das quais seja ele acionista majoritário, e por autarquias estaduais.

Art. 13. A Fazenda do Estado, como acionista majoritária, fica autorizada a subscrever ações até o limite correspondente ao valor dos direitos e dos bens da propriedade da Caixa Estadual de Casas para o Povo, criada pela Lei n. 483 (*), de 10 de outubro de 1949, dos direitos e dos bens apropriados pelo Estado no Fundo Estadual de Financiamento de Habitação — FUNDHAB, instituído pela Lei n. 10.436 (*), de 10 de julho de 1972, e aos saldos de dotações orçamentárias, relativas a despesas de capital, consignadas no Orçamento do Estado à CECAP ou ao FUNDHAB.

Parágrafo único. A subscrição de novas ações pelo Estado, no caso de aumento de capital, será feita mediante o aproveitamento de reforços orçamentários, incorporação de reservas resultantes de lucros líquidos, bem assim pela reavaliação do ativo.

Art. 14. A conferência de bens e direitos e a transferência de obrigações far-se-ão mediante laudo de avaliação, na forma da legislação pertinente.

Art. 15. Aos estatutos da Companhia serão incorporados os dispositivos do Decreto-Lei Complementar n. 7 (*), de 6 de novembro de 1969, e alterações subsequentes.

Art. 16. O regime jurídico dos empregados da Companhia será o da legislação trabalhista.

§ 1º A contratação de empregados, salvo para as funções de confiança, definidas nos estatutos, para a execução de determinada obra e para funções braçais, será procedida de prova de seleção, realizada pela própria Companhia ou por entidades especializadas.

§ 2º Poderão ser postos à disposição da Companhia servidores da Administração Direta e Indireta do Estado, com prejuízo de vencimentos ou salários, mas sem prejuízo dos demais direitos e vantagens dos cargos efetivos ou das funções de que sejam titulares, contando-se-lhes o tempo de serviço apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

§ 3º Respeitados os preceitos da legislação aplicável, a Companhia exercerá poder disciplinar sobre o pessoal posto à sua disposição, cabendo-lhe, inclusive, a prática dos atos pertinentes à sua situação funcional.

Art. 17. A Companhia fica autorizada a promover, amigável ou judicialmente, desapropriações de bens necessários ao atendimento de suas finalidades, previamente declarados de utilidade pública pelo Governo do Estado.

Art. 18. A Companhia se sub-rogará nos direitos e obrigações decorrentes de contratos e convênios de responsabilidade da Autarquia — Caixa Estadual de Casas para o Povo e dos assumidos em nome do Fundo Estadual de Financiamento de Habitação — FUNDHAB.

§ 1º A Caixa Estadual de Casas para o Povo será extinta por decreto, no momento em que suas atividades passarem a ser desenvolvidas pela Companhia Estadual de Casas Populares — CECAP.

§ 2º O Fundo Estadual de Financiamento de Habitação — FUNDHAB fica transformado em Fundo Especial de Financiamento e Investimentos em Programas Habitacionais — FINVESTHAB, com o objetivo de suprir recursos para aquisição de áreas destinadas a programas habitacionais, de urbanização ou reurbanização, assim como para suprir a realização de investimentos de infra-estrutura e equipamentos comunitários em empreendimentos habitacionais.

§ 3º Construirão recursos do FINVESTHAB:

- 1 — as dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas;
- 2 — os créditos adicionais que lhe sejam destinados;
- 3 — as transferências da União e dos Municípios;
- 4 — o produto de operações de crédito;
- 5 — as rendas provenientes da aplicação dos recursos do Fundo, inclusive correção monetária;
- 6 — as doações, e
- 7 — quaisquer outras rendas eventuais.

§ 4º O Conselho de Orientação, a que se refere o artigo 4º desta Lei, supervisionará a programação, coordenação e aplicação dos recursos do Fundo, assumindo as atribuições e responsabilidades de Órgão Coordenador, para os efeitos previstos na RD n. 9/75, do BNH, em seu item 2.1.

§ 5º O Poder Executivo fica autorizado a designar instituição financeira para administrar o Fundo, nos termos do Decreto-Lei Complementar n. 18 (*), de 17 de abril de 1970.

§ 6º As atividades de caráter técnico necessárias ao desenvolvimento do Fundo serão exercidas pela Companhia Estadual de Casas Populares — CECAP.

Art. 19. Para atender, neste exercício, às responsabilidades financeiras do Estado, com a integralização do FINVESTHAB, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, na Secretaria da Fazenda, crédito especial até o limite de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

Parágrafo único. O valor do crédito especial de que trata este artigo será coberto com o produto de operações de crédito que a Secretaria da Fazenda fica autorizada a realizar, nos termos da legislação em vigor.

Art. 20. Dentro de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, o Poder Executivo deverá adotar as medidas necessárias à constituição da Companhia e providências a ela relacionadas.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao remanejamento dos saldos de dotações orçamentárias consignadas à Casa Estadual de Casas para o Povo e ao Fundo Estadual de Financiamento de Habitação — FUNDHAB.

Art. 22. Os atos, contratos e outros papéis em que a CECAP e as COHABs do Estado sejam partes interessadas, ficam isentos de impostos e taxas estaduais de qualquer natureza.

Parágrafo único. Nos processos judiciais em que a CECAP e as COHABs do Estado sejam partes ou de qualquer modo interessadas, as custas dos serventuários deverão ser contadas sempre com redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o serviço previsto nos registros em vigor na data dos atos em prática, bem assim nas custas dos serventuários do foro extrajudicial, de Cartórios, de tabelões, registros civis de imóveis, de títulos e documentos.

Art. 23. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Egydio Martins — Governador do Estado.